## COMITÊ DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO

# Ata da 44ª reunião ordinária, realizada em 17 de novembro de 2015

Em 17 de novembro de 2015, o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo promoveu sua 44ª reunião ordinária, realizada na Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz – UMAPAZ, situada na Av. Quarto Centenário, 1268 - Parque Ibirapuera - Portão 7A - São Paulo – SP, às 14:00 h.

A Pauta prevista foi a seguinte:

### **Expediente:**

- Leitura e aprovação da Ata da 43ª reunião ordinária, realizada em 06 de outubro de 2015
- Informe sobre a XX Cumbre de Mercociudades, realizada em São Paulo, de 12 a 14 de novembro de 2015, por Flavia Castelhano, representante da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

### Ordem do Dia:

- Apresentação do Protocolo Climático do Estado de São Paulo e ações do Governo do Estado de São Paulo no campo da mudança do clima pela Dra. Patricia Faga Iglecias Lemos, Secretária de Estado do Meio Ambiente
- Apresentação sobre Consórcios Intermunicipais na Região Metropolitana de São Paulo e o Município de São Paulo no campo das Mudanças Climáticas, por Francisco Maciel, diretor do Cioeste,
- Sugestões de inclusão em outras Pautas

A reunião foi aberta pela Secretária Executiva do Comitê, **Laura Ceneviva** que deu as boas vindas a todos e logo a seguir passou a palavra ao Secretário Adjunto, atual Presidente Suplente do Comitê, Sr. Romildo Campello para suas palavras de abertura.

Romildo de Pinho Campelo saudou a todos e justificou a ausência da Secretária de Estado do Meio Ambiente, Patricia Iglecias, informando que sua assessoria relatou que ela foi convocada em caráter emergencial pelo Senhor Governador do Estado de São Paulo para tratar da participação do Estado de São Paulo nas atividades relacionadas à COP 21, frente aos impactos gerados pelos atentados terroristas de Paris. Segundo informações recebidas, pode ser que haja

o cancelamento da ida do Governo do Estado à Paris. Após devolveu a palavra a Secretária Executiva Laura Ceneviva.

Laura Ceneviva dando início ao primeiro item da pauta perguntou aos presentes se havia algum reparo a ser feito na Ata da 43ª Reunião do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia que fora enviada previamente por e-mail, não havendo nada a opor deu por aprovada a referida ata. Ainda se referindo a presente ata, informou que foi alterado o formato, de forma que foi encaminhado um documento mais sintético acompanhado da degravação, com os seus erros, porque a expressão oral é muito diferente da expressão escrita. Dando prosseguimento passou a palavra a Beatriz Leandro, Coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais, tendo em vista que a representante desta secretaria, Flavia Castelhano encontrava-se sem voz para falar sobre o próximo item da pauta.

Beatriz Leandro informou que São Paulo sediou a 20ª Cumbre de Mercocidades (Cúpula das Mercodidades), realizada em São Paulo entre 12 a 14 de novembro, contando com a presenca de 200 pessoas, entre representantes de governos locais, sociedade civil, movimentos sociais e academia de diversos países sulamericanos. Disse que a rede de mercocidades, hoje presidida por São Paulo, foi criada há 20 anos como uma forma dos governos locais se apoderarem na pauta internacional, chamada Paradiplomacia, mas hoje sobre a nova presidência, tem-se a intenção de inserir os governos locais na discussão dos grandes temas internacionais. Em razão disso o lema da Cúpula das Cidades foi "Cidades do Futuro, Desafios do Presente", onde se tentou discutir mais aprofundadamente as temáticas sobre a Agenda 2030, COP 21, e Habita 3, contando com a participação do Secretário Adjunto, Romildo Campelo, juntamente com a Laura Ceneviva e a Rita Maestri, que ela é a porta-voz da prefeita de Madri, Manoela Carmena. Lembrou ainda que a referida prefeita, juntamente com 63 prefeitos, incluindo o Prefeito Haddad estiveram com o Papa em julho passado e se comprometeram a lutar contras as mudanças climáticas e evitar uma nova escravidão. Informou também que o outro objetivo seja envolver os organismos regionais e internacionais nessa discussão, por isso também estiveram presentes autoridades da Comissão Econômica pata a América Latina e o Caribe - CEPAL, do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - Habitat, da União de Nações Sulamericanas - UNASUL, do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e da Organização dos Estados Americanos - OEA.

Laura Ceneviva agradeceu a Beatriz e informou que tomou posse o Conselho que está acompanhando a elaboração do Plano da Região Metropolitana de São Paulo, referido na reunião passada, de elaboração obrigatória por determinação do Estatuto da Metrópole, promulgado há poucos meses. Os municípios das regiões metropolitanas e os Estados de que fazem parte são aqueles que elaborarão o Plano. Informou ainda que, apesar da ausência da representante Érica Feraz de Campos, do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável -CBCS, havia informado que o CBCS estava fazendo uma análise da quota ambiental e que os resultados dos debates já estavam inseridos no site para quem quiser olhar. Questionando mais uma vez se havia mais algum informe e nada sendo dito, passou para a ordem do dia, na qual o primeiro tópico seria a apresentação do Protocolo Climático do Estado de São Paulo. Não foi possível o cumprimento desse ponto da pauta pela ausência da Secretária Patrícia Iglecias, acrescentando que poderá haver mudança na condução desses temas, em função da reunião que estava acontecendo naquele momento no "Palácio dos Bandeirantes". E dando prosseguimento passou ao segundo tópico referente à Apresentação sobre Consórcios Intermunicipais na Região Metropolitana de São Paulo e o Município de São Paulo no campo das Mudanças Climáticas, por Francisco Maciel, diretor do Consórcio Intermunicipal da Região Oeste de São Paulo - CIOESTE para o qual passou a palavra.

Francisco Maciel agradeceu a presença de todos e apontou a relevância do tema de mudança do clima na pauta metropolitana. Antes de apresentar o tema previsto, fez alguns apontamentos em relação à questão do Protocolo Climático que seria apresentado pela Secretária de Estado do Meio Ambiente, o qual recebeu a adesão do Cioeste. Acrescentou que o Protocolo Climático foi uma iniciativa do Governo do Estado, a partir da Secretaria do Meio Ambiente, de engajamento do setor público e privado, para premiação de boas iniciativas climáticas. Inicialmente o Protocolo Climático objetivou empresas, e com isso baseou-se na metodologia

GHG Protocol, e em boas práticas. Posteriormente agregou a questão sobre adaptação e resiliência, bem como orientou a qualificação dos participantes para ações voltadas para a matriz energética, economia de energia, bom uso de fontes energéticas, a redução e boas práticas no uso dos recursos hídricos. Para o ano de 2015, esta adesão seria voluntária, mas para 2016 já seria uma medição em cima daquilo que a instituição se comprometeu a fazer. Destacou a importância da participação dos governos subnacionais, que está sendo incorporada na COP 21, reforcada pela atitude do Papa Francisco de convidar os Prefeitos para o lancamento da Encíclica Laudato Si. Dando sequência a sua apresentação falou sobre uma citação de Schopenhauer que disse ser recorrente para todos que trabalham com alguma mudanca de paradigma. "Quase toda mudança de paradigma é considerada ridícula em um primeiro momento, mas em um último momento, ela passa a ser considerada evidente, não se sabendo por que ainda não aconteceu". Disse que a mudança de paradigma acontece quando a demanda já está amadurecida, então, automaticamente já é considerada evidente. As questões ligadas à mudança do clima, desde os processos econômicos quanto aqueles das emissões ou da adaptação à mudança do clima, todos eles exemplificar esse dito de Schopenhauer. Dando prosseguimento, passou a analisar a questão dos Consórcios Intermunicipais na Região de São Paulo, informando que a região metropolitana é formada por 39 municipalidades, com mais de 20 milhões de habitantes, tendo metade deles em São Paulo e a outra parte nas outras 38 municipalidades, que estão organizadas em 5 consórcios intermunicipais: o Consórcio da Região Metropolitana de São Paulo - CIOESTE formado pelos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana do Parnaíba, o Consórcio Intermunicipal da Bacia do Juqueí - CIMBAJU formado pelos municípios de Caieiras, Cajamar, Franco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã, o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê - CONDEMAT formado pelos municípios de Poá, Suzano, Biritiba Mirim, Itaquaquecetuva, Ferraz de Vasconcelos, Santa Isabel, Salesópolis, Mogi das Cruzes, Guarulhos, Aruiá e Guararema, o Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo - CONISUD formado pelos municípios de Embu das Artes. Embu-Guacu. Taboão da Serra, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Vargem Grande Paulista e Cotia e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC - CONSORCIOABC formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Disse que a região metropolitana é um todo, não se conseguindo distinguir onde começa uma cidade ou termina a outra. A Região Metropolitana de São Paulo é conurbação que tem uma representatividade quase única, com questões e problemas muitas vezes espaciais e frequentemente intermunicipais. Anteriormente já havia consórcios, mas na maioria das vezes eram associações do direito privado, e só após a edição da Lei nº 11.107, de 6 de Abril de 2005 (regulamentada pelo Decreto nº 6.017, de 17 de Janeiro de 2007) eles passaram a serem autarquias públicas e seus gastos são divididos em conformidade com a receita fornecida pelos municípios membros e suas despesas são divididas. Todos eles possuem caráter multifinalístico e possuem eixos temáticos, como educação, esporte e cultura. Acrescentou que o CIOESTE, o qual representa, foi o último consórcio a ser criado (2013) e representa 2,3% % do PIB nacional, com 1% da população nacional, ou 10% da população da metrópole. Disse que o CIOESTE possui entre seus membros municípios que são os mais ricos, ao mesmo tempo em que possui um dos municípios mais pobres do Brasil e um ainda com característica rural. Disse que os consórcios têm o formato de autarquias, cuja presidência possui mandato anual e têm como órgão máximo a Assembléia de Prefeitos. E abaixo dele, de maneira operacional, uma Secretaria Executiva, com o seu representante direto, articulador político que é chamado de Secretário Executivo, e quatro diretorias. Atualmente, possuem um projeto de racionalidade na utilização da água, com recursos captados no FEHIDRO, no qual mapearam 500 equipamentos públicos e irão atuar em 26 escolas municipais, fazendo diagnóstico, mudanças de equipamento, e melhoria no uso da água, e depois, um treinamento dessas escolas, para que elas sejam protagonistas disso ao longo do tempo. Disse que em colaboração com um laboratório americano de pesquisas energéticas estão elaborando a matriz energética regional. E possuem um projeto de fundo de uma planta regional de biodiesel em um sistema de arranjo produtivo local, cujos recursos ainda não foram captados. Disse estarem em um momento de análise situacional, de resíduos, tanto resíduos sólidos quanto resíduos da construção civil. Disse que estão investindo pesado na questão da capacitação e fortalecimento institucional, pois acredita que essa é uma das maneiras de fazer com que o desenvolvimento

sustentável continue independente de quem está lá, além de treinar a equipe desses municípios a pensar desse jeito, captar recursos e saber elaborar projetos. E nesse sentido estão realizando parcerias tanto como o Ministério das Cidades como atividades com o Ministério da Justiça e a USP no treinamento de como esse equipamento público das oito cidades devem receber usuários de droga e crack, incluindo-se a isso parcerias com as universidades como a UNIFESP Osasco, a USP e a FESP em São Paulo. Relatou que assinaram também um protocolo de intenções com o primeiro braco da ONU, da UNFCCC, Dando sequência, falou sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI que é um instrumento previsto pela Lei Federal nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015 que estabelece o Estatuto das Metrópoles, criado de forma a integrar as políticas setoriais de desenvolvimento urbano nos territórios metropolitanos, harmonizar as estratégias de planejamento e gestão e consequentemente qualificar os investimentos. O PDUI é um instrumento de planejamento onde se estabelecem as diretrizes para orientar o desenvolvimento urbano e regional, bem como as bases de atuação conjunta entre Estado e Municípios, devendo cada região metropolitana e aglomeração urbana no Brasil elaborar o seu PDUI e, quando aprovados, todos os Planos Diretores deverão se adequar às essas novas diretrizes em um prazo de três anos. Espera-se com a estruturação desse plano, as regiões metropolitanas poderão se desenvolver de forma ordenada melhorando as condições de vida do cidadão metropolitano. Informou ainda que se encontra em fase de elaboração o Comitê Executivo da Elaboração do próprio PDUI da Região Metropolitana de São Paulo. Disse que o atual Presidente do Conselho do PDUI é o Prefeito Fernando Haddad e o vice-presidente é o Prefeito Carlos Camargo, sendo de se observar que o prazo de elabaoração do PDUI é extremamente restrito. Fez apontamentos sobre Plano de Ação da Macrometrópole Paulista -PAM criado pelo Governo do Estado de São Paulo como instrumento de estudo, onde constam projetos propostos para a região da macrometrópole, que envolve a nossa região e as outras. Nesses 145 projetos existe uma divisão bem clara. Uma parte dos projetos são projetos ditos para cada região metropolitana, e outra parte dos projetos é o olhar temático.

Dando prosseguimento, passou-se para à fase de debates onde constaram temas como a da Política Municipal de Mudança do Clima, o Plano Estadual de Mudanças Climáticas, com relação a estudos de cenário de tecnologia de baixo carbono, matriz energética, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, etc.. Foi abordada a gestão relativa à mudança do clima ser feita com base em inventários, ao contrário da gestão da qualidade do ar, que se baseia em medidas limites de poluentes. É preciso, também, compatibilizar a legislação ambiental dos três níveis de governo, a incorporação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, sobre o Plano de Adaptação aos Impactos das Mudanças Climáticas, a discussão das ilhas de calor, a gestão energética, etc.. Há que se buscar manter o protagonismo de São Paulo no sentido de buscar as solução para essa nova situação. Falou-se também sobre serem as resoluções da COP21 vinculantes ou não vinculantes.

Finalizando o Secretário Adjunto Romildo Campelo relatou que se está pensando na questão de usar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS como indicadores dos CADES Regionais, principalmente porque foi realizado um convênio com o Sindicato dos Economistas para tivéssemos os indicadores por Subprefeitura. Em relação às ilhas de calor disse que São Paulo prevê no seu Plano Diretor quatro planos verdes que a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente está desenvolvendo simultaneamente, o Plano Municipal de Unidades de Conservação e Áreas Verdes, Plano Municipal de Mata Atlântica, Plano das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais, e o Plano Municipal de Arborização, acrescentando que com estes planos e ações, efetivamente se pode trabalhar as ilhas de calor, e todas as outras questões ligadas aí às mudanças climáticas de arborização. Acrescentou ainda três pontos: o momento que estamos com relação à perspectiva, tanto do que acontecerá na Conferência de Paris (COP 21) que abre uma perspectiva dependendo dos resultados dela, como com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI para a Região Metropolitana de São Paulo, pois temos aí o eixo que é a questão do meio ambiente e é preciso nos articular e ampliar a nossa base de diálogo para isso como colocado com relação aos consórcios. As questões sobre ilhas de calor, transporte, uso do solo, água, poluição, todos são assuntos metropolitanos e é preciso que se traga para o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia os Consórcios Metropolitanos para que possamos nos articular e pensarmos juntos o PDUI e sermos uma instância de diálogo

para que não cheguemos nessas reuniões cada um pensando sem termos tempo de refletir conjuntamente os municípios e ao mesmo tempo articularmos as ações.

### LISTA DE PRESENÇA DA 44ª REUNIÃO CMMCE EM 17/11/2015 MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES

- Flávia Regina Marques Castelhano / Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas SMRIF
- Maria de Fátima Andrade / Universidade de São Paulo USP

### MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES POR REPRESENTAÇÃO

- Susete Taborda representando Américo Calandriello Junior / Secretaria Municipal da Habitação SEHAB
- Ivete Oddone representando Ronaldo Tonobohn / Secretaria Municipal de Transportes SMT
- Ana Beatriz Miraglia representando Roberto Nami Garibe Filho / Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB

#### **OUTROS INTERESSADOS PRESENTES**

- Dimitri Auad / CONSEMA
- Gabriela Di Giulio / Universidade de São Paulo USP
- Fernando Escubero / Escudero Consultoria
- Lauriberto S. Salles / Agencia Nacional do Petróleo ANP
- Beatriz Leandro / Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas SMRIF
- Priscila F. Rocha / Federação das Indústrias do Estado de São Paulo FIESP
- Francisco Maciel / CIOESTE
- Carlos Abrão / Consórcio Intermunicipal da região Oeste de São Paulo CIOESTE
- Sun Alex / Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente SVMA
- Ivan Souza Moraes / Rede Nossa São Paulo GT Meio Ambiente
- Maria Helena S. Godoy / PMSP Subprefeitura Vila Mariana

### Romildo de Pinho Campello

Secretário Adjunto do Verde e do Meio Ambiente, representando o Secretário José Tadeu Candelária

#### Laura Lucia Vieira Ceneviva

Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo